PERFIL DE PROJETO (PP)
BRASIL

I. DADOS BÁSICOS

Título do projeto:	PROFISCO – Bahia. Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROFISCO/BA).	
Número do projeto:	BR-L1319	
Equipe do projeto:	Luiz Villela (ICF/FMM), Chefe de Equipe; Patricia Bakaj (FMM/CBR), Co-Chefe de Equipe; Bernadete Buchsbaum (LEG/SGO); Fernando Glasman (PDP/CBR); Carlos Lago Bouza (PDP/CBR); Lilia Dobbin (Consultora); Adriana Sobral (FMM/CBR); e Cecilia Bernedo (ICF/FMM).	
Fiador:	República Federativa do Brasil	
Mutuário:	Estado da Bahia	
Órgão executor:	Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ/BA).	
Plano de financiamento:	IDB: (CO)	US$45.270.000
	Local	US$ 5.030.000
	Total	**US$50.300.000**
Salvaguardas:	Políticas identificadas:	B.01 (OP-102), B.02, B.03, B.07 e B.13
	Categoria:	N/A

II. JUSTIFICATIVA GERAL

2.1 A presente operação faz parte da Linha de Crédito Condicional (CCLIP) para o programa PROFISCO (BR-X1005), aprovada em 5 de novembro de 2008.

2.2 **Aspectos sócio-econômicos**[1]**.** O Estado da Bahia, com uma área de 564.830 km^2 e população de 14,2 milhões de habitantes é um estado grande e pobre, cujo Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a apenas 4,08% (R$143.068 milhões) do PIB Nacional. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 742, situado na 19ª posição entre os 27 estados brasileiros.

2.3 **A gestão fiscal do Estado da Bahia: avanços e tarefas pendentes.** A receita tributária da Bahia, que em grande medida depende do ICMS (86,6%), em 2010 foi de R$11,2 bilhões, cresceu 18,8% em relação ao ano anterior e representou 52% da receita total. As transferências federais correntes foram de R$7,9 bilhões[2]. Considerando a grandeza das demandas por serviços e infraestrutura pública e as limitações financeiras de um estado grande e pobre, a Bahia vem apresentando uma trajetória de gestão fiscal prudente.

2.4 As receitas não financeiras (primárias) cresceram apenas 5% entre 2009 e 2010, enquanto que as despesas não financeiras aumentaram 9,3%, fazendo o resultado

---

1 Macro Diagnóstico Institucional Fiscal, Anexo IV.

2 Relatórios de gestão e de execução orçamentária. Secretaria do Tesouro Nacional (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios).

primário cair quase pela metade. Note-se, porém, que o aumento do gasto, em grande medida resultou do aumento dos investimentos (54%), e que o resultado primário foi mais do que o suficiente para cobrir os gastos com juros da dívida pública. Houve uma leve redução da dívida pública, o que diminuiu ainda mais a relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) (de 63% para 52%), que hoje se encontra em patamar plenamente administrável, e bem abaixo do limite legal de 200% determinado por resolução do Senado Federal.

2.5 O Estado da Bahia vem cumprindo com todos os requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e vem alcançando de forma substancial as metas assumidas com o Governo Federal relativas ao Programa de Ajuste Fiscal (PAF). O quadro abaixo sintetiza alguns dos principais indicadores fiscais do Estado.

Quadro 2.1: Desempenho fiscal

Especificação	Executado 2009	Executado 2010	Variação	
	R$ milhões	R$ milhões	Valor	%
Receita não financeira (a)	19.226,2	20.184,0	957,8	4,98
Gasto não financeiro (b)	17.788,8	19.446,1	1.657,3	9,32
Resultado primário (a-b)	1.437,4	737,9	(699,5)	(48,66)
Juros	525,4	510,1	(15,3)	(2,90)
Investimentos	1.329,0	2.046,0	717,0	53,95
RCL	14.671,4	17.372,5	2.701,1	18,41
DCL	9.234,6	9.057,0	(177,6)	(1,92)
Gasto de pessoal	6.859,0	7.500,8	641,8	9,36
Pessoal / RCL	46,75%	43,18%		
DCL / RCL	62,94%	52,13%		

Fontes: Relatórios de gestão e de execução orçamentária. Secretaria do Tesouro Nacional (**http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/sistn.asp**)

2.6 Nos últimos 10 anos, a SEFAZ/BA vem desenvolvendo um amplo processo de fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PNAFE), executado no período de 1997 a 2006, do Programa de Modernização e Transparência da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ II), em execução desde 2006, previsto para concluir em 2012, e do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS I), realizado em 2009 e cuja segunda etapa está em fase de preparação.

2.7 **Principais desafios**[3]**.** Não obstante os avanços obtidos com o PNAFE, o PROMOSEFAZ, e o PROCONFIS I, o Estado ainda precisa dar continuidade ao fortalecimento da administração fazendária de forma a assegurar a sustentabilidade de suas metas fiscais. Neste sentido os dois desafios mais importantes que se apresentam à SEFAZ/BA são: (i) aumentar seus níveis de receita tributária; e (ii) fortalecer sua capacidade de administração financeira. Estes desafios são atribuídos às seguintes limitantes da gestão fiscal do Estado: (i) lentidão e baixo controle das rotinas de trabalho da SEFAZ/BA; (ii) baixa

[3] Ver Matriz de Problemas, Soluções e Resultados no Anexo IV.

eficiência do processo de cobrança e de controle da arrecadação; (iii) baixo aproveitamento do potencial de arrecadação do ICMS, e baixa qualidade das informações para a gestão da administração tributária; (iv) evasão fiscal causada pela baixa percepção de risco pelo contribuinte; (v) deficiência na gestão da fiscalização e elevada inadimplência no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e no Imposto sobre Transmissões e Doações (ITD); (vi) dificuldade no cruzamento entre as variadas fontes informações econômico-fiscais para subsidiar a gestão fiscal; (vii) lentidão na tramitação do Processo Administrativo Fiscal (PAF); (viii) deficiência no atendimento ao contribuinte e ao público interno; (ix) níveis insatisfatórios de controle da execução orçamentária e financeira; (x) processo de cumprimento das obrigações contábeis, financeiras e orçamentárias lento e trabalhoso; (xi) inexistência de modelo e instrumentos de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); (xii) limitada interação digital com os usuários externos e internos; e (xiii) deficiência nos sistemas informatizados de administração tributária e financeira.

2.8 **Objetivos e resultados esperados.** O objetivo geral é melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado da Bahia, em um prazo de execução de 5 anos, visando: (i) incrementar a receita própria do estado; (ii) aumentar a eficiência e a eficácia do controle do gasto público; e (iii) melhorar a qualidade dos serviços prestados pela SEFAZ/BA. O projeto financiará a contratação de serviços e a compra de bens para os quatro componentes e respectivas atividades em que está organizado:

2.9 **Componente I. Integração da gestão fazendária.** Este componente visa aperfeiçoar os métodos e instrumentos de apoio à gestão estratégica da SEFAZ e gerar informações para o processo decisório, e contemplará os seguintes produtos: (i) escritório de gestão de projetos; (ii) gestão por processos; (iii) metodologia de modelagem, acompanhamento e avaliação de projetos de PPP; e (iv) programa de intercâmbio interinstitucional de experiências e informações.

2.10 **Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal.** Este componente visa melhorar o desempenho da administração tributária e da arrecadação e contemplará os seguintes produtos: (i) aperfeiçoamento do sistema de arrecadação tributária; (ii) revisão e aperfeiçoamento do processo de cobrança administrativa; (iii) estruturação da área de estudos tributários; (iv) novo modelo de fiscalização de estabelecimentos[4], incorporando as informações do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); (v) novo modelo de fiscalização de trânsito de mercadorias; (vi) estruturação da área de inteligência fiscal; (vii) módulo de controle de acesso às informações, via *Web*; (viii) novos modelos de gestão do IPVA e do ITD; (ix) implantação do Processo Administrativo Fiscal Eletrônico (PAF-e); (x) integração do sistema de cadastro com a Junta Comercial do Estado da Bahia (JCEB); (xi) implantação do Domicilio Tributário Eletrônico

[4] Modelo – de maneira geral, a implantação de um modelo contempla a realização de: (i) diagnóstico da situação atual; (ii) proposta de processos alternativos para o modelo do negócio que está sendo abordado; (iii) sistema informatizado de apoio à gestão dos processos do negócio; e (iv) implantação propriamente dita do modelo, incluindo a infraestrutura necessária.

(DT-e); e (xii) novos módulos nos sistemas de informação para tratamento das bases do SPED.

2.11 **Componente III. Administração financeira, patrimonial e controle da gestão fiscal.** Este componente visa melhorar o desempenho da administração financeira e aumentar o controle do gasto público, e contemplará os seguintes produtos: (i) novos processos de execução financeira e orçamentária; (ii) novas funcionalidades do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (FIPLAN); (iii) a criação do centro de informação e memória da SEFAZ/BA; e (iv) novo processo de aquisições e contratações na SEFAZ/BA.

2.12 **Componente IV. Gestão de recursos corporativos.** Este componente visa melhorar e aperfeiçoar os métodos, instrumentos e sistemas de apoio operacional e administrativo que contribuem para um bom desempenho institucional e para a interação com a sociedade, e contemplará os seguintes produtos: (i) melhoria do processo de atendimento dos contribuintes tanto presencial quanto via *Web*; (ii) plano de comunicação organizacional; (iii) plano e implantação de um ambiente de alta disponibilidade de TIC e continuidade de negócios; (iv) novo controle integrado de acesso físico aos sistemas da SEFAZ/BA; (v) ampliação e atualização da plataforma de *hardware* e *softwar*e; (vi) melhoria da governança e dos processos internos da área de TIC; (vii) programa de capacitação permanente de funcionários; (viii) aperfeiçoamento e difusão da Educação à Distância (EAD); e (ix) nova política de recursos humanos da SEFAZ/BA.

2.13 **Resultados esperados.** Como consequência da execução, os resultados esperados mais relevantes ao final do projeto são: (i) projetos estratégicos monitorados por ferramenta de gestão de portfólio; (ii) disponibilização de informações da arrecadação em 30 minutos; (iii) cálculo da arrecadação potencial do ICMS por segmento econômico; (iv) aumento da taxa de adimplência do IPVA; (v) incremento da arrecadação do ITD; (vi) redução do prazo de tramitação do contencioso até o julgamento final; (vii) Ordens de Serviço (OS) geradas pelo cruzamento de informações dos sistemas; (viii) diretorias financeiras e Superintendência de Administração Financeira (SAF) operando os processos de execução financeira e orçamentária de acordo com novos procedimentos padronizados; (ix) redução do tempo médio de tramitação dos processos na SEFAZ/BA; (x) aumento do nível de satisfação do contribuinte e do cidadão; e (xi) *login* único de acesso aos sistemas da SEFAZ/BA, com requisitos de segurança.

2.14 **Impactos.** O projeto contribuirá para: (i) o equilíbrio fiscal sustentável, com repercussão na economia do estado; (ii) a ampliação da sua capacidade de investimento; e (iii) o aumento da transparência e satisfação do cidadão.

III. ASPECTOS DO DESENHO E CONHECIMENTO DO SETOR

3.1 Esta operação é continuação de importante experiência desenvolvida pelo Banco no Brasil, apoiando os processos de modernização na área fiscal e financeira nas três esferas de governo em seus diferentes poderes: (i) Programa de Modernização da Receita Federal; (ii) Programa Nacional de Apoio à Modernização Fiscal dos Estados

Brasileiros (PNAFE); (iii) Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); e (iv) Programas de Fortalecimento da Gestão Fiscal dos Estados de São Paulo (PROFFIS) e Bahia (PROMOSEFAZ).

IV. SALVAGUARDAS

4.1 Em relação às questões sociais e ambientais, de acordo com os critérios do *Sustainable Finance Toolkit* do Banco, constatou-se que o projeto não requer classificação, o que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda.

V. OUTROS TEMAS

5.1 **Contexto geral fiduciário do país.** O Brasil, assim como o Estado da Bahia, conta com um conjunto de instituições, sistemas e legislação que asseguram o controle e a transparência da ação pública. Entre as instituições se destacam a Controladoria Geral do Estado (controle interno) e o Tribunal de Contas (controle externo). O Tribunal de Contas do Estado da Bahia, inclusive, é autorizado pelo BID para a auditoria de seus projetos. Entre os sistemas, o de apoio à gestão, os de administração financeira, compras, pessoal e administração tributária são os de maior destaque. Finalmente, pode-se contar com legislações específicas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e com as normas de contabilidade pública e de compras e licitações.

5.2 **Avaliação preliminar das características e capacidade de gestão fiduciária do organismo executor.** O Estado da Bahia e a SEFAZ/BA têm longa experiência em projetos com o Banco. A unidade de gestão de projeto será a mesma do PROMOSEFAZ, e é composta de servidores experientes e permanentes dos quadros do serviço público estadual.

5.3 **Viabilidade fiduciária preliminar do esquema de execução proposto.** O projeto faz parte do CCLIP do PROFISCO que se encontra altamente padronizado, facilitando o processo de execução.

VI. RECURSOS E CRONOGRAMA

6.1 O Anexo V detalha o cronograma de preparação do projeto, os recursos requeridos para financiar a realização das missões e o apoio técnico requerido (US$67.700). Estabelece, ainda, as etapas para se alcançar a aprovação da Proposta para o Desenvolvimento da Operação (POD), com missão de análise prevista para a semana de 9 de janeiro de 2012, distribuição do POD para a Revisão de Qualidade do Risco (QRR) para 24 de fevereiro de 2012, e aprovação da Minuta de Proposta de Empréstimo (DLP) por Comitê de Políticas de Operação (OPC) para 13 de abril de 2012.

Anexo I

Este anexo fue extraído por ser confidencial.

SAFEGUARD POLICY FILTER REPORT

This Report provides guidance for project teams on safeguard policy triggers and should be attached as an annex to the PP (or equivalent) together with the Safeguard Screening Form, and sent to ESR.

PROJECT DETAILS	**IDB Sector**	REFORM / MODERNIZATION OF THE STATE-FISCAL REFORM
	Type of Operation	Conditional Credit Line for Investment Projects (CCLIP)
	Additional Operation Details	
	Investment Checklist	Institutional Development Investment
	Team Leader	Villela, Luiz A. (LUIZVI@iadb.org)
	Project Title	Bahia State Fiscal Modernization and Strengthening Program
	Project Number	BR-L1319
	Safeguard Screening Assessor(s)	Villela, Luiz A. (LUIZVI@iadb.org)
	Assessment Date	2011-12-08
	Additional Comments	

SAFEGUARD POLICY FILTER RESULTS	**Type of Operation**	Loan Operation	
	Safeguard Policy Items Identified (Yes)	The Bank will make available to the public the relevant Project documents.	(B.01) Access to Information Policy– OP-102
		The operation is in compliance with environmental, specific women's rights, gender, and indigenous laws and regulations of the country where the operation is being implemented (including national obligations established under ratified Multilateral Environmental Agreements).	(B.02)
		The operation (including associated facilities) is screened and classified according to their potential environmental impacts.	(B.03)

		The Bank will monitor the executing agency/borrower's compliance with all safeguard requirements stipulated in the loan agreement and project operating or credit regulations.	(B.07)
		Operation for which ex-ante impact classification may not be feasible. These loans are: Policy-based loans, Financial Intermediaries (FIs) or loans that are based on performance criteria, sector-based approaches, or conditional credit lines for investment projects.	(B.13)
	Potential Safeguard Policy Items(?)	No potential issues identified	
	Recommended Action:	Operation has triggered 1 or more Policy Directives; please refer to appropriate Directive(s), including B13, for guidance. No project classification required. Submit Report and PP (or equivalent) to ESR.	
	Additional Comments:		

ASSESSOR DETAILS	**Name of person who completed screening:**	Villela, Luiz A. (LUIZVI@iadb.org)
	Title:	
	Date:	2011-12-08

ESTRATÉGIA AMBIENTAL E SOCIAL (EAS)

A presente operação faz parte da linha de crédito PROFISCO (BR-X1005). Esta linha de crédito foi aprovada pela Diretoria Executiva do Banco Interamericano de Desenvolvimento, através da Resolução DE-132/08, no dia 5 de novembro de 2008.

Em relação às questões ambientais, de acordo com os critérios do "Sustainable Finance Toolkit" do Banco, constatou-se que, com base na Política B.13, o projeto não requer classificação, o que é consistente com a avaliação da equipe de projeto por se tratar de operação de modernização institucional de uma Secretaria de Fazenda. Conseqüentemente, não se considera necessário a preparação de uma estratégia ambiental para o projeto.

ÍNDICE DOS TRABALHOS SETORIAIS CONCLUÍDOS E PENDENTES

Estudos	Descrição	Data Esperada	Referências e Links arquivos técnicos
Opções técnicas e de desenho do projeto	Macro diagnóstico institucional-fiscal	Concluído	IDBDOCS#36440437
	Mapeamento de problemas, soluções e resultados	Concluído	IDBDOCS#36440373
	Plano de Ação Consolidado SEFAZ/BA	Concluído	IDBDOCS#36440443
	Relatório de avaliação do PNAFE SEFAZ/BA	Concluído	IDBDOCS#36440948
Autorizações legais	Carta-consulta e autorização COFIEX	Concluído	IDBDOCS#36440899
	Previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2012	Concluído	IDBDOCS#36440859
	Previsão no Plano Plurianual (PP) 2012-2015	Concluído	IDBDOCS#36440873
	Autorização para contratação da operação	Concluído	IDBDOCS#36440429
Mecanismo de execução e questões fiduciárias e de controle	Arranjo institucional e mecanismos de execução: (i) estrutura básica; (ii) atribuições dos integrantes da estrutura básica; e (iii) acordos de cooperação com outros órgãos e poderes	28/12/2011	
Análise de risco	Aplicação da metodologia de análise de risco pela equipe de projeto com apoio da área de fiduciária da representação	28/12/2011	
Plano de Ação e de Investimentos (PAI) do projeto	Versão preliminar do detalhamento dos produtos, metas, linhas de base e orçamento do projeto	28/12/2011	
Marco de resultados do projeto	Detalhamento dos resultados esperados relativo aos produtos selecionados e respectiva linha de base	28/12/2011	
Sistemática de monitoramento e avaliação e quadro de indicadores	Elaboração da SM&A e definição do quadro de indicadores que permitirá o monitoramento da linha de base do marco de resultados.	28/12/2011	
Atores-chave e questões políticas	Preparação de minutas de convênios para viabilizar a participação de outros poderes e/ou níveis de governo.	28/12/2011	

Anexo V

Este anexo fue extraído por ser confidencial.